



UNIVERSIDADE POLITÉCNICA

A POLITÉCNICA

Escola Superior de Gestão, Ciências e Tecnologias

Curso de Economia

**DESAFIOS E CONSTRANGIMENTOS DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS EM
MOÇAMBIQUE: O CASO DO ACESSO AO CRÉDITO NO SECTOR DA
AGRICULTURA**

Líria Franklin Livele

Maputo, aos 13 de Outubro de 2020

Nome: Lória Franklin Livele

Tema: Desafios e constrangimentos do ambiente de negócios em Moçambique: O caso do acesso ao crédito no sector da agricultura.

Tutor: Maria Margarida R.T. Martins

Parecer do tutor:

Trata-se de uma pesquisa realizada em circunstâncias adversas, nomeadamente pelo Estado de Emergência resultante de uma pandemia mundial que complicou o acesso a entrevistas e dados. A licencianda revelou persistência e flexibilidade no processo de obtenção e exploração de dados nas várias fontes digitais e interpretação dos vários índices mundiais relevantes sobre o ambiente de negócios em grande parte dos países e em Moçambique, em particular.

Lória Livele revelou iniciativa, curiosidade e motivação no processo de aprendizagem e processamento de dados e extensa pesquisa bibliográfica. Revelou também capacidade de raciocínio e iniciativa autónoma e independente. O raciocínio é coerente e conseguiu articular de forma lógica a relação entre os indicadores que compõem o índice Doing Business e o indicador específico de acesso ao crédito, designadamente do crédito para o sector agrário, e suas implicações.

Considero o trabalho final Bom, pelo que forneço o meu parecer favorável para a submissão a provas públicas.

Margarida Martins

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Líria Franklin Livele, declaro por minha honra que este trabalho de final de curso, nunca foi apresentando, na sua essência, em nenhuma instituição para obtenção de qualquer nível e constitui resultado da minha investigação pessoal, estando indicado no texto e nas referências bibliográficas as fontes utilizadas. O mesmo é submetido de acordo com todos os requisitos e exigências para a obtenção do grau de licenciatura, em Economia, na Universidade Politécnica, em Maputo.

(Líria Franklin Livele)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu papá (in memoriam) e a minha mamã.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, pela minha vida, pelo sustento e orientação.

Agradeço aos meus pais, que batalharam muito para me proporcionar as melhores condições possíveis de estudo. Agradecer aos meus irmãos, primos e tio, pelo companheirismo, cumplicidade, encorajamento, repreensão e apoio em todos os momentos da minha vida.

Agradecer a minha orientadora Dra. Margarida, por aceitar conduzir o meu trabalho, e fazê-lo com paciência e dedicação.

Aos meus colegas Naira Materula, Yulla Marques, Tildo Cossa, Tarzia Bucuane e Clério João.

E a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

ÍNDICE

Lista de siglas e abreviaturas	vii
Lista de gráficos	viii
Lista de Tabelas e Quadros	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
I INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização e relevância do tema	1
1.2 Objectivos da investigação.....	2
1.2.1 O objectivo geral.....	2
1.2.2 Os objectivos específicos	2
1.3 O problema a ser investigado	3
1.4 Hipótese.....	4
1.5 Justificativa.....	4
1.6 Delimitações da investigação	4
II REVISÃO DA LITERATURA	6
2.1 Enquadramento teórico e conceptual	6
2.2 Definição dos conceitos chave	6
2.2.1 Ambiente empresarial	6
2.2.2 Ambiente de negócios.....	6
2.2.3 Crédito.....	7
2.3 Formas de medição do ambiente de negócios	8
2.3.1 Doing Business (DB) – Facilidade de fazer negócio	8
2.3.2 Índice de Ambiente de Negócio (IAN).....	11

2.3.3	Índice de Liberdade Económica (ILE).....	12
2.3.4	Índice de Percepção da Corrupção (IPC).....	13
2.3.5	Índice de Competitividade Global (ICG).....	13
2.4	Agricultura e Crédito.....	14
2.4.1	Constrangimentos do sector agrário no acesso ao crédito	14
2.4.2	Importância do crédito na agricultura e da sua expansão para as zonas rurais.....	17
III	METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	19
3.1	Tipo de pesquisa.....	19
3.2	Colecta de dados.....	19
3.3	Análise de dados.....	20
3.4	Limitações do trabalho	20
IV	APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	21
4.1	Ambiente de negócios em Moçambique 2015-2020.....	21
4.1.1	Reformas introduzidas nos últimos anos (2015-2019) com vista à melhoria do ambiente de negócios em Moçambique.....	25
4.2	Acesso ao crédito no sector da agricultura.....	26
4.2.1	Contexto de crédito na agricultura em Moçambique.....	26
4.2.2	Análise gráfica.	27
4.3	Sistema financeiro	30
V	DISCUSSÃO	35
VI	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	37
6.1	Conclusões	37
6.2	Recomendações.....	38
VII	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BdeM	Banco de Moçambique
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
DB	Doing Business
FAN	Fundação Para a Melhoria do Ambiente de Negócios
IAN	Índice de Ambiente de Negócios
ICG	Índice de Competitividade Global
ILE	Índice de Liberdade Económica
IMF	International Monetary Fund
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Percepção da Corrupção
KPMG	Klynveld Peat Marwick Goerdeler
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
OMR	Observatório do Meio Rural
PAMAN	Plano de Acção para a Melhoria do Ambiente de Negócio
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PGQ	Plano Quinquenal do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
TI	Transparency International
WEF	World Economic Forum

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução da inflação e taxa de juros (2001-2019)	27
Gráfico 2. Distribuição sectorial do crédito total (2001-2019).....	28
Gráfico 3. Evolução do crédito total e do crédito agrário (2001-2019).....	29
Gráfico 4. Evolução da proporção do crédito agrário sobre o crédito total (2001-2019).....	29
Gráfico 5. Evolução do crédito agrário e da taxa de juros (2001-2019).....	30
Gráfico 6. Evolução das agências bancárias de (2001-2017)	31
Gráfico 7. Proporção das agências bancárias por província	31
Gráfico 8 População por agências bancárias (em Milhões).....	32
Gráfico 9. Área (km ²) por agência bancária	33
Gráfico 10. Nível de cobertura distrital de agências bancárias por província, em 2017(%)	34

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1. Classificação de Moçambique no ILE, IPC E ICG (2015-2019).....	21
Tabela 2. Classificação e Pontuação de Moçambique no ranking Doing Business (215-2020)...	22
Tabela 3.Comparação da classificação de Moçambique com alguns Países da SADC (2015-2020)	23
Tabela 4. Evolução da classificação de Moçambique nos indicadores do Doing Business (2015- 2020)	23
Tabela 5. Comparação do Indicador de acesso ao crédito em Moçambique com alguns países da SADC (2015-2020).....	24
Quadro 1. Reformas no ambiente de negócios em Moçambique	25

RESUMO

O ambiente de negócios constitui um tema de extrema relevância para qualquer país, visto que a facilidade de fazer negócio colabora para a criação de uma boa imagem da economia do país a nível mundial e coloca-o na posição de local atraente e seguro para o desenvolvimento de negócios. O mesmo tem um grande impacto em países em via de desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, por constituir uma das condições para se atingir um grau de desenvolvimento sustentável que contribua para a redução da pobreza.

A atractividade do ambiente de negócios dos países é analisada com base em quatro índices: Doing business, Índice de Ambiente de Negócios, Índice de Percepção da Corrupção e Índice de Competitividade Global. Porém, por ser o indicador mais usado pelos empresários e países na tomada de decisões de investimento, no trabalho fez-se uma análise mais profunda do Doing Business.

Moçambique apresenta um ambiente de negócios crítico verificável através da péssima posição em que se tem encontrado nos últimos anos nos relatórios da avaliação do *Doing Business* do Banco Mundial. Diversas razões estão por detrás desta situação: reformas mais significativas em outros países, lentidão na implementação das reformas e, por vezes, a falta de reformas. Os maiores constrangimentos relacionam-se com a abertura de empresas, execução de contractos e obtenção de crédito. A obtenção de crédito é motivo de reclamação de grande parte dos empresários, senão todos, por este ser um dos principais propulsores de uma economia, incluindo para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural.

A redução da pobreza está associada ao desenvolvimento do sector agrário. Contudo, o acesso aos serviços financeiros no sector agrário, é limitado, principalmente, para a população de baixa renda que reside nas zonas rurais. Constituem factores que criam maior risco de crédito no sector agrário: taxas de juros elevadas, baixa cobertura espacial do sistema financeiro, dificuldades de infra-estruturas rodoviárias e electricidade, impossibilidade de utilização da terra como garantia bancária.

Por sua vez, o país tem vulnerabilidade a cheias, pragas e secas, o risco elevado e retornos longos da agricultura aumenta a percepção de risco dos bancos e constituem factores de desvantagem concorrencial em relação aos outros sectores.

O estudo mostrou que os indicadores usados na medição do ambiente de negócios: DB, ILE, IPC e ICG, reflectem a péssima posição de Moçambique no ambiente de negócios, estão por detrás dessa situação: a falta de implementação das reformas aprovadas e a lenta e menos significativa implementação das reformas aprovadas. Mostrou ainda que, comparado a nível da SADC, a posição de Moçambique é melhor que de Angola e Tanzânia e que a dificuldade de acesso ao crédito constitui um dos factores que mais influencia negativamente o ambiente de negócios, devido às taxas de juros que se mantêm altas, decréscimo da proporção do crédito agrário no crédito total, diferenças significativas na distribuição de agência bancárias, se verificando ainda ausência de agência bancárias em alguns distritos de Moçambique.

Palavras-chave: Ambiente de negócios, agricultura, crédito e Moçambique

ABSTRACT

The business environment is an extremely relevant topic for any country, as the ease of doing business contributes to creating a positive image of the country's economy worldwide, and places it in the position of an attractive and safe place for business development. It has a significant impact on developing countries, such as Mozambique, as one of the requirements necessary to achieve a degree of sustainable development that contributes to poverty reduction.

The attractiveness of countries' business environment is analyzed based on four indicators, namely: Doing business, Business Environment Index, Corruption Perception Index and Global Competitiveness Index. However, in this thesis there was a deeper analysis of Doing Business as it is the indicator most used by entrepreneurs and countries when making investment decisions.

Mozambique presents a critical business environment verifiable through the poor position it has found itself in in recent years according to the World Bank's Doing Business assessment reports. Several reasons are behind this situation, such as more significant reforms in other countries, a slow implementation of reforms and sometimes, the lack of reforms. The biggest constraints are related to starting a business, executing contracts, and obtaining credit. Obtaining credit is a reason for complaints from most, if not all, entrepreneurs, despite being one of the main drivers of an economy, including for the development of agriculture and the rural environment.

Poverty reduction is associated with the development of the agrarian sector. However, access to financial services in the agrarian sector is mainly limited, especially for the low-income population living in rural areas. Obstacles to accessing credit in the agrarian sector are: high interest rates, low spatial coverage of the financial system, difficulties with road infrastructure and electricity, impossibility of using the land as a bank guarantee.

In addition to this, the fact that the country is vulnerable to floods, pests and droughts, and the high risk and long returns from agriculture increases the risk perception of banks and constitute factors of competitive disadvantage in relation to other sectors.

The study showed that the indicators used to measure the business environment: DB, ILE, IPC and ICG, reflect Mozambique's terrible position in the business environment, the reasons behind this situation are: the lack of implementation of the approved reforms and the slow and less significant

implementation of approved reforms. It also showed that, compared to the SADC, Mozambique's position is better the position of Angola and Tanzania. The difficulty to credit access is one of the factors that most negatively influences the business environment, due to the interest rates that remain high, decrease in the proportion of agrarian credit in total credit, significant differences in the distribution of bank branches, with the absence of bank branches in some districts of Mozambique.

Keywords: Business environment, agriculture, credit and Mozambique.

I. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e relevância do tema

Segundo a KPMG (2012), falar do ambiente de negócios é referir-se a todos os factores de ordem política, económica, social e tecnológica, na sua maioria fora do controlo e influência do negócio em si. Alguns destes factores são do âmbito do governo, que deve procurar mantê-los actualizados, eficientes e eficazes. Outros, cabe ao sector privado identificar, procurar soluções e preparar as alternativas a recomendar ao governo com vista ao crescimento económico e redução da pobreza. O mais importante é a concertação entre o governo e o sector privado.

Evidências globais mostram que um ambiente favorável de negócios é crucial para a criação de um sector privado forte e expressivo, o que, por sua vez, constitui pressuposto básico para o crescimento e desenvolvimento económico de qualquer país, particularmente nos países predominantemente capitalistas (economias de mercado) onde a livre iniciativa é destacada (Chalufu, 2010).

A economia de Moçambique está inserida num contexto global e regional competitivo que demanda uma permanente e contínua melhoria do ambiente de negócios do país para conferir às empresas e à economia vantagens competitivas e comparativas (PAMAN 2019-2021).

Ambientes de negócio complicados e com muita administração acabam por ser impedimentos à formação de novas empresas, empurram empreendedores para o sector informal e provocam sérios atentados à sustentabilidade das empresas e do sector privado, a médio e longo prazo (Franco, 2011).

Segundo Lopes (2016), a produção agrícola é uma actividade que, para entrar em franco desenvolvimento em Moçambique, terá de se ligar cada vez mais ao mercado num contexto caracterizado pela existência de um ambiente de negócios adequado.

Apesar de o ambiente de negócios ser uma variável de difícil mensuração, o Banco Mundial procura captar aspectos relativos ao ambiente de negócios com base em uma metodologia especificamente desenvolvida para o *Doing Business*, que faz uma análise de avaliação e de comparação do ambiente de negócios dos países, tendo em conta 12 áreas / indicadores, utilizada

por empresários para fazer uma análise dos países onde pretendem investir ou podem investir, bem como por formuladores de políticas para traçar acções de simplificação e melhoria de procedimentos.

Um ambiente de negócios simples e eficiente (similar aos existentes nos melhores 20-30 países do *Doing Business*) cria incentivos para um crescimento acelerado e sustentável do sector privado, contribuindo para a geração de múltiplos empregos. Portanto, o estímulo ao desenvolvimento do sector privado é fundamentalmente determinado pelo ambiente de negócios. O ambiente de negócios deve ser simples, flexível e estimulante do crescimento, ao mesmo tempo que deve estabelecer regras de competitividade, justiça económica, financeira e social (Franco, 2011).

De acordo com os relatórios do *Doing Business Indicators*, a posição de Moçambique tem vindo a descer nos últimos anos (133ª posição entre 186 países em 2016, 137ª posição entre 190 países em 2017, 138ª posição entre 190 países em 2018, 135ª posição entre 190 países em 2019 e 138ª entre 190 países em 2020). Pode-se assim dizer que não tem havido melhorias em comparação com outras economias no ambiente de negócios.

1.2 Objectivos da investigação

1.2.1 O objectivo geral

O objectivo da investigação é analisar os factores que condicionam o acesso ao crédito no sector da agricultura como um elemento importante do ambiente de negócios em Moçambique.

1.2.2 Os objectivos específicos

- Identificar os factores que condicionam o ambiente de negócios no país e, particularmente, no sector da agricultura em Moçambique;
- Identificar o conjunto de condições que dificultam o acesso ao crédito no sector da agricultura em Moçambique;
- Identificar as reformas que abrangem os indicadores contidos no *Doing Business* feitas e o efeito sobre o ambiente de negócios no país;
- Realizar uma comparação da classificação do acesso ao crédito no ambiente de negócios em Moçambique com os seus pares regionais.

1.3 O problema a ser investigado

Segundo o PARPA (2006-2009), a criação de um ambiente favorável ao investimento é uma das condições para se atingir um grau de desenvolvimento económico sustentável que contribua para a redução da pobreza. A existência de um bom ambiente de negócios é imprescindível para o desenvolvimento do sector privado, para promover e atrair o investimento, nacional e estrangeiro, incluindo o de pequena escala, e criar incentivos para a formalização do sector informal.

A agricultura foi definida pela Constituição da República como base do desenvolvimento do país, mas a realidade mostra que tem sido um sector marginalizado, tanto em termos de financiamento como de incentivos. Após a independência nacional, em 1975, o ambiente de negócios nunca conseguiu ser adequado para o desenvolvimento da agricultura em Moçambique¹. A situação é ainda pior para as micro, pequenas e médias empresas que ainda não conseguiram acumular capital suficiente para investir e poderem ultrapassar os problemas que têm (Tonela, 2016). O Crédito é um dos principais propulsores de uma economia, incluindo para o desenvolvimento da agricultura e do meio rural (Nova *et al.*, 2019). Porém, numa agricultura de subsistência, os produtores poderão não beneficiar de crédito devido à fraca capacidade de pagamento, literacia bancária, cobertura espacial da rede bancária, condições de documentação do beneficiário (por exemplo, a posse de Bilhete de Identidade), garantias e riscos específicos da actividade, taxas de juro elevadas. Para a obtenção de crédito, a base da confiabilidade que o produtor apresenta ou a apresentação de colaterais constituem factores determinantes (Warren *et al.*, 1980 *apud* Nova *et al.* 2019).

O desenvolvimento da agricultura não se pode fazer sem crédito, seja este obtido no sector bancário, ou no sector informal. Contudo, num estudo por inquérito conduzido pelo World Economic Forum, constatou-se que os maiores constrangimentos no ambiente de negócios relacionam-se com obtenção de crédito. Além disso, o nível das taxas de juro em Moçambique é muito alto. O ranking do Doing Business mostra que obter crédito é mais complicado e mais caro que na média dos países da África subsaariana (World Bank, 2015, *apud* Tonela, 2016).

¹<https://cta.org.mz/arnaldo-ribeiro-aponta-os-problemas-e-desafios-do-sector-da-agricultura-em-mocambique-o-governo-deve-dar-mais-protagonismo-ao-sector-privado-do-agronegocios/>

Desta forma o problema a ser investigado pode ser formulado da seguinte maneira:

As taxas de juro, garantias, cobertura de agências / balcões, dificultam o acesso ao crédito na agricultura e, conseqüentemente, a melhoria do ambiente de negócios em Moçambique?

1.4 Hipótese

Visando a melhor compreensão do problema a ser investigado, as hipóteses investigativas podem ser formuladas da seguinte maneira:

H (0): O acesso ao crédito é um constrangimento ao desenvolvimento da agricultura empresarial em Moçambique.

H (1): O acesso ao crédito não constitui um constrangimento ao desenvolvimento da agricultura empresarial em Moçambique.

1.5 Justificativa

Vários estudos mostraram que um bom ambiente de negócios propicia surgimento de novos empreendimentos e, conseqüentemente, geração de empregos, aumento da produção e produtividade, melhoria da qualidade de vida da população, redução da pobreza, daí a importância da facilitação de novos empreendimentos. Os mesmos também provaram que a expansão e criação das Pequenas e Médias Empresas é retraída pela ausência de leis, normas, regras e regulamentações adequadas e, fundamentalmente, escasso acesso ao crédito, sendo que estas são as que mais contribuem para a geração de emprego em Moçambique.

A facilidade de fazer negócio colabora para a criação de uma boa imagem da economia do país a nível mundial, colocando-o na posição de um local atraente e seguro para o desenvolvimento de empreendimentos.

Pouca bibliografia inerente ao ambiente de negócios no sector da agricultura em Moçambique.

1.6 Delimitações da investigação

- O estudo de caso será feito apenas em um sector.

- Na análise dos factores que condicionam o ambiente de negócios no sector da agricultura, designadamente do crédito, deu-se especial enfoque às variáveis: taxa de juro e densidade das agências bancárias e garantias, por se considerar serem o maior impedimento ao crédito necessário para o desenvolvimento de actividades económicas no sector em Moçambique e por serem motivos de maior reclamação dos empresários Moçambicanos.

II. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Enquadramento teórico e conceptual

Com o enquadramento teórico pretende-se expor a informação obtida através da consulta e análise bibliográfica que se julgou relevante para a compreensão da temática em estudo. Desta forma, no presente capítulo serão apresentados, de forma resumida, as formas de medição do ambiente de negócios, de maneira a perceber como os mesmos funcionam e ainda abordar-se-ão alguns aspectos referentes ao crédito e a agricultura.

2.2 Definição dos conceitos chave

Para facilitar a compreensão e criar uma teoria base do presente trabalho de investigação serão apresentados alguns conceitos elaborados por alguns autores sobre ambiente empresarial, ambiente de negócios e crédito.

2.2.1 Ambiente empresarial

Para Chiavenato (2007), o ambiente de uma empresa representa todo o universo que envolve externamente uma empresa; é tudo aquilo situado fora dela. O ambiente é a própria sociedade que, por sua vez, é constituída por outras empresas e organizações, clientes, fornecedores, concorrentes, agências reguladoras, etc. As empresas não vivem no vácuo, não são isoladas e nem são totalmente auto-suficientes, mas funcionam dentro de um contexto, do qual dependem para sobreviver e crescer.

2.2.2 Ambiente de negócios

O ambiente de negócios de um país engloba um conjunto de factores sociais, legais, económicos, políticos, administrativos e institucionais que afectam a abertura, o funcionamento e o encerramento de uma empresa (Bruna, 2013).

Para Wipplinger, Phongasthorn e Watanakeeree (2006), todas as definições de ambiente de negócios incluem relacionamentos entre o sector público e o sector empresarial, sistema jurídico e político, políticas governamentais, o quadro regulamentar, aplicação de leis e outros serviços prestados pelo sector público tais como: estradas, promoção do comércio, entre outros.

A Confederação das Associações Económicas em Moçambique define o ambiente de negócios como “um conjunto de medidas de política económica e de administração pública, que incentivam a formalidade da economia, os investimentos, reduzem custos operacionais e contribuem para a competitividade das empresas” (CTA, 2008, *apud* Bruna, 2013).

O Donor Committee for Enterprise Development (2008) define o ambiente de negócios como “um conjunto de condições políticas, legais, institucionais e regulamentares que regem as actividades de negócios. É um subconjunto do clima de investimento e inclui mecanismos de gestão e execução estabelecidos para implementar políticas governamentais, bem como arranjos institucionais que influenciam o modo como os actores-chave funcionam (por exemplo, agências governamentais, autoridades governamentais, autoridades reguladoras, associações de mulheres empresárias, organizações da sociedade civil, sindicatos, etc.)”.

2.2.3 Crédito

Crédito é uma fonte extra de recursos, obtidos de terceiros (bancos, instituições financeiras, cooperativas de crédito, entre outros), que possibilita a aquisição de bens ou a contratação de serviços de maneira antecipada². O crédito também pode ser definido como uma transacção económica realizada entre duas pessoas, em que uma das partes concede a outra um recurso (normalmente dinheiro) com a promessa de obter de volta o mesmo após determinado período. A devolução deste recurso vem acompanhada de um benefício adicional, ou seja, de juros³.

De acordo com (*Warren et al.*, 1980, *apud* Nova *et al.*, 2019), o crédito na agricultura pode ser classificado na base do propósito, tempo, segurança, geração de fundos e credor. A finalidade do crédito pode ser para custear despesas de campanha ou para investimento, incluindo a compra de factores e meios de produção (exemplo: terra, equipamento, irrigação, plantação ou para consumo), podendo ser de curto, médio ou longo prazo.

O crédito agrícola pode ser definido como qualquer um dos vários veículos de crédito usados para financiar transacções agrícolas, incluindo empréstimos, notas, letras de câmbio e aceitação de bancos. Este tipo de financiamento é adaptado às necessidades financeiras específicas dos

² <https://www.oeconomista.com.br/o-que-e-credito-e-como-usa-lo/>

³ <https://conceitos.com/credito/>

agricultores, que são determinadas pelos ciclos de plantação, colheita e comercialização. O crédito de curto prazo financia as despesas operacionais, o crédito de prazo intermediário é usado para máquinas agrícolas e o crédito de longo prazo é usado para financiamento imobiliário⁴.

2.3 Formas de medição do ambiente de negócios

O ambiente de negócios dos países pode ser analisado com base em indicadores que diversas instituições adoptam para recolher, informar, analisar e, periodicamente, divulgar com o objectivo de medir esse ambiente nas várias economias. Para este efeito tem-se os seguintes índices:

- Doing Business (facilidade de fazer negócio) do Banco Mundial.
- Índice de Ambiente de Negócios da KPMG.
- Índice de Liberdade Económica da The Heritage Foundation.
- Índice de Percepção da Corrupção da Transparency International.
- Índice de Competitividade Global do World Economic Forum.

2.3.1 Doing Business (DB) – Facilidade de fazer negócio

Para medir a regulação e sua aplicação na economia de vários países, o Banco Mundial, desde 2004⁵, efectua um inquérito sobre a facilidade de fazer negócios em todo o mundo e publica anualmente o Doing Business Report com a classificação das economias dos países. Este relatório é uma importante referência para governos, empresas e outras instituições internacionais. Enquanto, do ponto de vista dos governos, o relatório serve de referência para a realização de reformas e aumentar a competitividade nacional, na perspectiva das empresas, pode ser relevante na sua escolha para a implementação dos seus projectos de investimento (Oliveira e Moutinho, 2011).

Actualmente o DB contem indicadores sobre 12 áreas, 10 das quais são incluídas no ranking de facilidade de fazer negócios.

Para analisar cada uma dessas áreas, o Doing Business tem como base as leis e regulamentos referentes a cada uma; e, indicadores de tempo e variáveis que medem a eficiência no alcance de

⁴https://www.bussoladoinvestidor.com.br/abc_do_investidor/credito-agricola/

⁵ A avaliação do ranking começou em 2005.

um objectivo regulador. Sendo assim, após a avaliação individual dos indicadores, calcula o ranking por área e global. Este constitui a avaliação do ambiente de negócios como um todo. Para cada economia, o índice é calculado como média dos *rankings* de cada um dos índices cobertos pelo DB (Doing Business, 2009).

A seguir, apresentam-se as áreas cobertas pelo DB:

1. Abertura de empresas

Regista os procedimentos, tempo, custo e o capital mínimo necessários para abrir uma empresa nacional de responsabilidade limitada de pequena ou média dimensão a operar formalmente; inclui uma dimensão que avalia a existência de regulamentação ou de práticas discriminatórias em relação ao género (Doing Business Moçambique, 2019).

2. Obtenção de licença de construção

Esta área compreende os procedimentos, tempo e custo necessários para obter licença para a construção de um armazém, incluindo as etapas necessárias, o envio das notificações necessárias, a solicitação e recebimento de todas as inspecções e a conexão aos serviços da rede pública. Além disso, o Doing Business analisa o controlo da qualidade da construção⁶.

3. Obtenção de electricidade

Nesta área mede os procedimentos necessários para um negócio obter uma conexão permanente de electricidade para um armazém recém-construído. Além de avaliar a eficiência do processo de conexão, o Doing Business mede a confiabilidade do fornecimento de energia, a transparência das tarifas e o preço de electricidade⁷.

4. Registo de propriedades

O Doing Business regista a sequência completa dos procedimentos necessários para uma empresa comprar uma propriedade a outra empresa e transferir formalmente o registo de propriedade para o nome do comprador (DB Moçambique, 2019).

⁶ <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/dealing-with-construction-permits>

⁷ <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/getting-electricity>

5. Obtenção de crédito

É medida através de dois conjuntos de indicadores: os direitos legais dos mutuários e mutuantes no que diz respeito as transacções com garantias e a qualidade dos sistemas de informação de crédito. Uma melhor protecção dos direitos dos credores, beneficia as empresas, desde que as protecções melhorem a eficiência dos mercados de crédito e o acesso ao financiamento. Os sistemas de informação de crédito têm como objectivo reduzir as assimetrias nas informações entre os credores e os devedores e também permitem que os credores identifiquem os riscos associados aos mutuários (DB,2020).

6. Protecção dos investidores minoritários

Este tópico mede a força da protecção dos accionistas contra o mau uso, por parte dos membros do conselho de direcção, dos activos da empresa para ganhos pessoais, bem como os direitos dos accionistas, as garantias de governança e os requisitos da transparência corporativa que reduzem o risco de abuso⁸.

7. Pagamento de impostos

Este tópico aborda os impostos e contribuições obrigatórias que uma empresa de médio porte deve pagar, ou reter, em um determinado ano, assim como a carga administrativa relacionada com o pagamento de impostos. Ademais, o Doing Business analisa os processos que ocorrem depois do pagamento de impostos, como restituições, inspecções ou auditorias fiscais e recursos fiscais⁹.

8. Comércio internacional

O Doing Business regista o tempo e o custo associados ao processo logístico de exportação e de importação de mercadorias. O Doing Business avalia o tempo e custo acumulados (excluindo tarifas) associados aos três procedimentos – a conformidade documental, a conformidade das

⁸ <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/protecting-minority-investors>

⁹ <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/paying-taxes>

fronteiras e o transporte doméstico – dentro do processo total de exportar ou importar um carregamento de mercadorias¹⁰.

9. Execução de contratos

O tópico mede o tempo e custo para a resolução de disputas comerciais através de um tribunal de primeira instância local, com base no caso de uma disputa comercial sobre a qualidade de bens vendidos a uma empresa. O Doing Business analisa o tempo, o custo a partir do momento em que o queixoso entra com a acção até o pagamento ser recebido. Além disso, o índice da qualidade dos processos judiciais avalia se cada economia adopta uma série de boas práticas que promovem a qualidade e eficiência do sistema judicial¹¹.

10. Resolução de insolvência

Este tópico identifica as deficiências na lei de falências existente e os principais gargalos processuais e administrativos no processo de insolvência¹².

2.3.2 Índice de Ambiente de Negócio (IAN)

O Índice de Ambiente de Negócios (IAN) é publicado anualmente, desde 1998, concebido pela KPMG Moçambique, em parceria com a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA) e a Câmara de Comércio e Indústria Moçambique e África do Sul (CCIMOSA) (Bruna, 2013). A partir de 2009, a pesquisa tornou-se mais abrangente, cobrindo todas as províncias do país (KPMG, 2010).

O IAN tem como principal objectivo captar as percepções dos diferentes agentes económicos sobre o nível de estabilidade e evolução do ambiente de negócios em Moçambique durante um ano. A pesquisa é desenvolvida com recurso à análise de variáveis de índole económica, social, política e institucional que afectam o desempenho dos negócios no país (KPMG, 2010). O IAN agrupa o conjunto de constituintes do ambiente de negócios em sete grupos de factores, que englobam

¹⁰ <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/trading-across-borders>

¹¹ <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/enforcing-contracts>

¹² <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/resolving-insolvency>

indicadores específicos. Este índice combina informações de carácter quantitativo e qualitativo (Bruna, 2013).

O IAN ajuda as empresas a avaliar o estágio actual do mercado moçambicano, o progresso de certas medidas tomadas pelo governo para a melhoria do ambiente de negócios, e o planeamento estratégico em Moçambique. Neste sentido, o IAN mede o progresso no diálogo constante entre o governo e o sector privado sobre a agenda de melhoria do ambiente de negócios no país (KPMG, 2010).

2.3.3 Índice de Liberdade Económica (ILE)

O Índice de Liberdade Económica é apresentado num relatório publicado anualmente pelo The Heritage Foundation, desde 1995, e pretende avaliar o nível de liberdade económica num conjunto de países.

Para esta fundação, liberdade económica é “ter liberdade e direitos de produzir, distribuir ou consumir bens e serviços. A forma mais elevada de liberdade económica deve englobar o direito absoluto de propriedade, liberdade de circulação de mão-de-obra, capital e bens, absoluta ausência de coacção e restrição de liberdade económica para além do necessário para os cidadãos protegerem e manterem a mesma” (Heritage Foundation e The Wall Street Journal., 2011, *apud* Bruna, 2013).

Para a criação deste índice e agrupamento dos seus indicadores, os autores tiveram como base as teorias de Adam Smith em “A Riqueza das Nações”. O índice avalia os países em relação a 12 indicadores de liberdade económica, que variam entre 0 e 100 - em que zero implica menor liberdade económica e 100 maior liberdade económica. Por seu turno, os indicadores são agrupados em quatro categorias: Estado de direito, tamanho do governo, eficiência regulatória e abertura dos mercados. Cada uma contendo três subcategorias.

As categorias têm o mesmo peso no cálculo final do índice. A organização divide os países em cinco categorias principais: livre (valores entre 80 e 100), maioritariamente livre (valores entre 70 e 79,9), moderadamente livre (valores entre 60 e 69,9), maioritariamente não-livre (valores de 50 a 59,9), economicamente não-livre (valores de 0 a 49,9).

Este índice não faz uma análise directa ao ambiente de negócios, mas analisa indicadores muito importantes e de grande influência no ambiente de negócios, como: a influência do Estado na economia, estabilidade da moeda, direitos de propriedade, corrupção e legislação laboral. Pode-se dizer que os países classificados como economicamente livres podem ser considerados como países com ambientes favoráveis para se fazer negócio (Bruna, 2013).

2.3.4 Índice de Percepção da Corrupção (IPC)

O IPC começou a ser lançado em 1995 pela Transparency International (TI) e reúne dados sobre um conjunto de países e territórios. Este índice é publicado anualmente e os países são pontuados numa escala de 0 a 100, onde os mais próximos do 0 são tidos como altamente corruptos e os países com maior pontuação (mais próximos do 100) considerados mais íntegros. O objectivo do índice é mostrar os níveis de corrupção no sector público, de acordo com a percepção de especialistas e empresários.

De acordo com Bruna (2013), a análise deste índice é de grande importância no que se refere ao ambiente de negócios de um país, pois é um elemento crucial para o funcionamento das empresas, assim como, para o conjunto da economia. A corrupção pode determinar o nível de eficiência e eficácia das empresas e, por consequência, a produtividade e competitividade das mesmas.

2.3.5 Índice de Competitividade Global (ICG)

Desde 2005, o World Economic Forum baseia-se no ICG para analisar a competitividade. O ICG mede a competitividade nacional numa escala de zero (menor competitividade) à sete (máxima competitividade), englobando as condições básicas (realidades) micro e macroeconómicas da competitividade nacional. Existem muitos determinantes que conduzem a produtividade e a competitividade, e de acordo com o WEF, estes podem ser agrupados em 12 pilares que se subdividem em indicadores: Instituições, infra-estruturas, ambiente macroeconómico, saúde e educação primária, educação superior e formação, eficiência no mercado de bens, eficiência no mercado de trabalho, desenvolvimento do mercado financeiro, disponibilidade de tecnologia, dimensão do mercado, sofisticação de negócios e inovação (BRUNA,2013).

2.4 Agricultura e Crédito

A redução da pobreza é associada ao desenvolvimento do sector agrário em Moçambique. Esta constatação é porque a agricultura emprega cerca de 80% da população e contribui, em cerca de 25%, para o Produto Interno Bruto (Fumo, 2015).

O Fundo para Ambiente de Negócios (FAN), bem como outras iniciativas, como o financiamento de acções, considerando a realização de reformas políticas e sua divulgação, o intercâmbio internacional e a realização de estudos e seminários, afirma que representam uma clara evidência de que *“existe uma relação directa entre um Ambiente de Negócios melhor, um crescimento assente numa base alargada, a geração de rendimento e a redução da pobreza.”* Por outro lado, parece que o governo e seus parceiros se preocupam com a melhoria do Ambiente de Negócios no país. Mas a evidência é que tal preocupação não é nem suficiente nem posta em prática de forma eficaz e abrangente de modo a alcançar os objectivos pretendidos (Lopes, 2016).

Segundo Lopes (2016), factores negativos, como: utilização de áreas de cultivo relativamente reduzidas (frequentemente com menos ou igual a um hectare) causada pelo não uso de insumos e técnicas de produção adequados, a falta de protecção contra factores de risco imprevisíveis, o isolamento das unidades produtivas familiares em relação a mercados compensadores e a benefícios sociais mínimos, como educação e saúde, bem assim como, na consequência de tudo isto, a impossibilidade de acumulação – sem a qual não há nem melhoria de vida, nem a possibilidade de investir e, portanto de trabalhar áreas maiores e mais produtivas. dificultam ou impossibilitam o que se convencionou chamar de transição da Agricultura de auto-subsistência para uma Agricultura comercial ou de mercado no país.

2.4.1 Constrangimentos do sector agrário no acesso ao crédito

O acesso ao crédito no sector agrário é um dos principais constrangimentos enfrentados pelos produtores. Embora o Plano Quinquenal do Governo (2015-2019) considere, como acções: (1) promover o aumento da produtividade do sector familiar agrário com vista à sua maior inserção no mercado; (2) criar facilidades de financiamento aos produtores agrários, em especial os do sector familiar; (3) incrementar os níveis de produção e de produtividade nas culturas alimentares básicas com vista a alcançar a auto-suficiência alimentar, a agricultura familiar não é o foco de políticas públicas específicas e integradas (Nova *et al.*, 2019).

De acordo com a pesquisa do World Economic Forum, o Global Competitiveness Report 2019 sobre os factores mais problemáticos para fazer negócios em Moçambique, o acesso ao financiamento foi apontado como o mais relevante. Segundo a CTA (2019), esse tem sido o maior entrave para o crescimento nos negócios já que 75% das micro, pequenas e médias empresas se encontram financeiramente excluídas, em especial nas áreas rurais.

Esta realidade é consequência de vários factores, tanto do lado da oferta, como da procura. Do lado da oferta, destaca-se: (1) taxas de juro elevadas em consequência dos altos níveis de risco; (2) oferta monetária restritiva e precauções da banca comercial, considerando os riscos, a escassez de garantias por parte dos solicitantes de crédito; (3) baixa cobertura espacial do sistema financeiro; (4) os bancos comerciais referem a debilidades do sistema financeiro no que respeita a seguros e resseguros, garantias compartilhadas, entre outras razões. Do lado da procura, são apontados os factores conhecidos, como, por exemplo: (1) poucas garantias da maioria dos mutuários, sobretudo da economia informal e dos pequenos produtores agro-pecuários; (2) dispersão dos pequenos produtores, o que está relacionado com a cobertura espacial e a bancarização; (3) valores pequenos de empréstimo (escala), fazendo aumentar os custos da banca por unidade de valor financiado; (4) risco elevado e, no caso da agricultura, retorno em períodos relativamente longos; (5) cultura, tradição e literacia da maioria dos cidadãos nas suas relações com o sistema bancário (Ibraimo, 2012 *apud* Mosca *et al.*, 2013).

Segundo Arnaldo Ribeiro em entrevista a CTA¹³, a grande vulnerabilidade do país às cheias, secas e pragas, somada às dificuldades de infra-estruturas rodoviárias e de electricidade, as incertezas de venda dos seus produtos e a que preço, aumentam a percepção do risco dos bancos. O país não tem seguros contra os riscos na agricultura. Assim, o banco pratica juros altos na agricultura.

Por se considerar que a agricultura é uma actividade de rotação produtiva, com retornos de médio e longo prazo, este sector possui desvantagens em relação a outros sectores. O ciclo biológico das culturas anuais, das árvores e dos animais, pode levar meses e anos, o que significa períodos relativamente longos de riscos, com o provável agravamento das taxas de juro e maior serviço da

¹³<https://cta.org.mz/arnaldo-ribeiro-aponta-os-problemas-e-desafios-do-sector-da-agricultura-em-mocambique-o-governo-deve-dar-mais-protagonismo-ao-sector-privado-do-agronegocios/>

dívida a pagar, considerando o período de amortização. Por outro lado, a agricultura é uma actividade com um ciclo produtivo de intensidade variável, o que implica custos distribuídos de forma desigual ao longo do ano, e conseqüente variação de necessidades de recursos financeiros, obrigando ao financiamento de tesouraria ou para toda a campanha agrícola (Mosca *et al.*, 2013).

As desvantagens do sector agrário acima indicadas implicam que o sistema financeiro prefere financiar outras actividades e outros sectores. Se o sector é importante ou possui algum tipo de função no desenvolvimento económico de um país, são necessárias políticas de apoio que alterem a desvantagem do mercado e que coloquem o sector agrário em posição semelhante ou em vantagem na alocação dos recursos, tanto pela via do mercado, como através da afectação de recursos públicos, ou ainda, por meio de subsídios, como, por exemplo, através de créditos bonificados e de apoios à modernização com participação do Estado (participação a fundo perdido do total ou de uma parte do investimento) (Mosca *et al.*, 2013).

Outra limitante no acesso ao crédito é a impossibilidade de utilização de terra como garantia bancária, por a terra não poder ser utilizada para preencher o requisito de colateral. Na realidade, o crédito formal está disponível para apenas 3% da população e cerca de 60% dos cidadãos moçambicanos encontra-se à margem do sistema financeiro, 16% utiliza provedores de serviços financeiros informais e apenas 20% utiliza o sistema bancário formal (CTA 2019 *apud* Banco de Moçambique 2016). Além disso, o sector financeiro moçambicano é caracterizado pelo domínio dos bancos, que são, maioritariamente, estrangeiros (Banco Mundial, 2017).

Num estudo sobre as cadeias de valor e o ambiente de negócios, conduzido pelo OMR em parceria com o FAN, que conduziu um inquérito a empreendedores ou homens de negócio ligados à Agricultura ou ao Agronegócio a vários níveis, o problema do acesso ao crédito foi referido com veemência por vários dos entrevistados. Foi muitas vezes afirmado, nestes ou noutros termos semelhantes, que *“os bancos só querem fazer lucro nas cidades: não se interessam com o desenvolvimento do resto do país mas têm muita conversa fiada”*. Um entrevistado desabafou: *“Sobre isso quero dizer que é como no tempo do colono: não temos importância nenhuma”*. Uma conclusão é aqui evidente: sem acesso razoável ao financiamento bancário, o Ambiente de Negócios em Moçambique será sempre deficiente, inadequado e desacreditado junto dos cidadãos e eventuais investidores (Lopes, 2016).

Segundo Mosca *et al.* (2013), o microcrédito e as formas informais de crédito surgem na tentativa de cobrir essas limitações. Em resumo, o microcrédito é reconhecido pela capacidade de chegar aos pequenos utilizadores de crédito, que não possuem possibilidades de aceder ao crédito convencional por não-satisfação de requisitos de garantias e outros. Assim sendo, as instituições devem ser, administrativa e operacionalmente, mais flexíveis, possuírem formas mais próximas de acompanhamento e monitorização dos clientes. Estes aspectos implicam custos mais elevados, reflectindo-se nas taxas de juro, geralmente, superiores às praticadas pela banca comercial.

Existem vários factores de crédito informal, organizado entre grupos de pessoas com interesses afins ou com relações de confiança, que organizam formas de poupança e de crédito baseadas na solidariedade, desenvolvimento de actividades económicas semelhantes, entre outras. Estas formas de crédito são preponderantemente desenvolvidas por mulheres que possuem actividades económicas informais. O crédito informal, como o microcrédito, além de desempenhar funções económicas, tem igualmente importância social. Há empréstimos no seio das famílias, essencialmente para fins de solidariedade (custos relacionados com funerais, casamentos, etc.), bem como para participação em actividades produtivas e de serviços. Por exemplo, a participação em trabalhos agrícolas, sementeira, colheita, etc., paga em espécie ou com igual contrapartida (Mosca *et al.*, 2013).

2.4.2 Importância do crédito na agricultura e da sua expansão para as zonas rurais

Segundo Mosca *et al.*,(2013), o acesso aos serviços financeiros é fundamental para o desenvolvimento agrícola, pois permite melhor gestão da liquidez e do risco, aumenta as possibilidades de investimento, ampliando as condições para a formação de um mercado financeiro formal. Como o crédito pode encorajar o empreendedorismo da população de baixa renda, o seu sucesso também pode dar condições para serem utilizados no autoemprego e no autosustento.

Particularmente, Uaiene (2011), *apud* Fumo (2015), constatou que a falta de acesso ao crédito era a razão do não-uso de tecnologias melhoradas, tais como semente melhorada, fertilizantes e pesticidas. Sendo assim, um dos mecanismos efectivo para melhorar a produção e produtividade agrária e, conseqüentemente, reduzir a pobreza é o acesso aos serviços financeiros.

Quanto à importância da sua expansão para as zonas rurais, em estudos desenvolvidos por Malene (2014), as instituições de crédito, ao realizarem a expansão para zonas rurais, desempenham um

papel indispensável naquilo que é a transformação da vida de comunidades moçambicanas. Com o crescimento contínuo do nível de cobertura territorial, as comunidades abrangidas têm acesso à banca sem precisar de percorrer longas distâncias, canalizam as suas poupanças às instituições de crédito, tornando mais eficiente o sistema financeiro, e fazem investimentos, recorrendo aos financiamentos, desenvolvendo, deste modo, negócios importantes para o seu sustento e melhoramento de vida.

Hoff e Stiglitz (1993) e Besley (1995) referem que a taxa de juros não é exclusivamente um mecanismo de equilíbrio entre oferta e procura. Em algumas situações, pode existir racionamento de crédito por parte dos credores sem necessariamente ocorrer aumento na taxa de juros como resultado da existência de informação assimétrica entre os credores e mutuários.

III. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Os passos da pesquisa foram os seguintes:

- Escolha do tema;
- Elaboração do plano de actividade;
- Colecta de dados;
- Tratamento de dados;
- Revisão da literatura;
- Conclusões e recomendações.

3.1 Tipo de pesquisa

Com vista a alcançar os objectivos do trabalho, o presente estudo apresenta um tipo qualitativo-quantitativo (descritivo). Efectuou-se uma revisão da literatura referente ao ambiente de negócios geral e, em particular, ao acesso ao crédito no sector da agricultura em Moçambique.

3.2 Colecta de dados

Usaram-se fontes secundárias e pesquisa documental, tais como relatórios, livros, artigos, teses, leis em algumas organizações que estudam o ambiente de negócios ou questões ligadas ao ambiente de negócios e ao crédito agrário, tais como:

- DB (*Doing business*): dos relatórios anuais do WB, e o *site* oficial do *Doing business*.
- Fundação para a Melhoria do Ambiente de Negócios (FAN).
- Instituto Nacional de Estatística (INE).
- Banco de Moçambique (BM).
- Confederação das Associações Económicas (CTA).
- World Economic Forum (WEF).

3.3 Análise de dados

Para elaborar as conclusões em torno da análise do ambiente de negócios e do acesso ao crédito no sector da agricultura, fez-se uso de gráficos e tabelas.

3.4 Limitações do trabalho

As principais dificuldades que foram encontradas na investigação são as seguintes:

- O estudo é basicamente de carácter teórico e restringiu-se à análise de factores que teoricamente influenciam e determinam a atractividade do ambiente de negócios em Moçambique.
- Os dados do DB estão sujeitos a constantes mudanças metodológicas.

IV. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 Ambiente de negócios em Moçambique 2015-2020

Em termos gerais, o ambiente de negócios, nos últimos seis anos (2015-2020), tem piorado no país, apesar das várias reformas que têm sido implementadas para a sua melhoria.

Tabela 1. Classificação de Moçambique no ILE, IPC E ICG (2015-2019)

ANO	ILE	IPC	ICG
2015	125	112	133
2016	139	142	133
2017	158	153	136
2018	170	158	133
2019	163	146	137

Fonte: Heritage Foundation e The Wall Street Journal, TI, ICG (vários anos).

Apesar de ter vindo a piorar de 2015 a 2018, Moçambique apresentou uma melhoria ligeira no ILE de 2018 a 2019. Após manter-se na posição 133 nos anos de 2015, 2016 e 2018, o país apresentou uma descida de 4 lugares em 2019 contra 2018 no ICG.

De 2015 a 2016 o país registou uma descida de 30 posições. Acredita-se que contribuíram para essa queda a descoberta das dívidas ocultas contraídas com garantias do Estado a favor de três empresas, sem o conhecimento do parlamento e dos parceiros internacionais¹⁴. Do período de 2016 a 2018 o nível de corrupção continuou a crescer, mas sem grandes variações. Em 2019 melhorou sensivelmente, porém ainda se verificam altos níveis de corrupção. Factor que mina o ambiente de negócios e afasta o investimento.

Em geral, a posição de Moçambique em todos os indicadores acima apresentados tem piorado. O seu melhor desempenho, para todos os indicadores em análise, foi no primeiro ano da série (2015).

¹⁴<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-corrup%C3%A7%C3%A3o-atingiu-quase-todos-os-setores-de-atividade/a-39089933>

Tabela 2. Classificação e Pontuação de Moçambique no ranking Doing Business (2015-2020)

Ano	Classificação	Pontuação	Número de Países
2015	127	56.92	189
2016	133	53.98	189
2017	137	53.78	190
2018	138	54.00	190
2019	135	55.53	190
2020	138	55.00	190

Fonte: Doing Business, vários anos.

Pela posição de Moçambique, é possível concluir que o ambiente de negócios não é, nem atractivo, nem favorável. O ranking apresenta uma tendência irregular: caiu 11 lugares de 2015 a 2018, melhorou sensivelmente de 2018 para 2019, e voltou a piorar em 2020.

Em 2020, Moçambique está na posição 138, isto é, faz parte dos 52 países com pior ambiente de negócios. Isto significa, em teoria, que um investidor estrangeiro avaliará 137 países no mundo antes de chegar à eventual consideração do nosso país como destino dos seus investimentos.

De acordo com a CTA (2019), o posicionamento de Moçambique é resultado dos outros países estarem em constantes melhorias para facilitar o ambiente de negócios e da fraca implementação das reformas aprovadas pelo governo. Por exemplo, de 2015 a 2019, foram aprovadas 12 importantes reformas com impacto no Doing Business. Entretanto, no mesmo período, Moçambique caiu 11 lugares no ranking. Com um ambiente de negócios desfavorável, o desenvolvimento do sector privado, e consequente geração de emprego na economia, continuará a progredir a passos extremamente lentos e muito aquém das necessidades.

Tabela 3. Classificação de Moçambique e de alguns Países da SADC (2015-2020)

Ano/País	África do Sul	Angola	Madagáscar	Maurícias	Moçambique	Tanzânia
2015	43	181	163	28	127	131
2016	73	181	164	32	133	139
2017	74	182	167	49	137	132
2018	82	175	162	25	138	137
2019	82	173	161	20	135	144
2020	84	177	161	13	138	141

Fonte: Doing Business, vários anos.

Pode-se concluir, da tabela 2, que, no período analisado, Moçambique, África do Sul e Tanzânia pioraram 41, 11 e 10 lugares, respectivamente, no ranking do ambiente de negócios. Angola, Madagáscar e Maurícias têm melhorado; Maurícias, apesar de ter piorado em 2017, é o mais bem posicionado de todos países, efeito das reformas que tem aplicado.

Tabela 4. Evolução da classificação de Moçambique nos indicadores do Doing Business (2015-2020)

Indicator	DB15	DB16	DB17	DB18	DB19	DB20
Abertura de empresas	107	124	134	137	174	176
Obtenção de alvarás de construção	84	31	30	56	64	61
Obtendo electricidade	164	164	168	150	100	103
Registo de propriedades	101	105	107	104	133	136
Obtenção de crédito	131	152	157	159	161	165
Protecção dos investidores minoritários	94	99	132	138	140	147
Pagamento de impostos	123	120	112	117	125	127
Comércio internacional	129	129	106	109	91	94
Execução de contratos	164	184	185	184	167	168
Resolução de Insolvência	107	66	65	75	84	86

Fonte: Doing Business, vários anos.

Apesar de se verificar uma diminuição em 9 dentre os 10 indicadores avaliados no relatório DB de 2019 a 2020, o único indicador que sofreu uma pequena melhoria (de 3 pontos) foi a obtenção de alvarás de construção. No período de 2015-2020, verifica-se uma deterioração de 6 dentre os 10 indicadores analisados. Desta forma, pode se afirmar que no geral, as condições para realizar negócios pioraram.

O Indicador obtenção de crédito vem sofrendo uma redução contínua desde 2015 onde tinha 131 a 2020 onde se encontra em 165ª posição. O que mostra que este indicador continua a ser um sério obstáculo ao desenvolvimento do sector privado no país.

Tabela 5. Comparação do Indicador de acesso ao crédito em Moçambique com alguns países da SADC (2015-2020)

País	2015	2016	2017	2018	2019	2020
África de Sul	52	59	62	68	73	80
Angola	180	181	181	183	184	185
Madagáscar	180	167	170	133	124	132
Maurícias	36	42	44	55	60	67
Moçambique	131	152	157	159	161	165
Tanzânia	151	152	44	55	60	67

Fonte: Doing Business, vários anos.

Dos seis países analisados, de 2015 a 2020, a Tanzânia e Madagáscar apresentaram uma melhoria. Tanzânia tem uma melhoria mais significativa e, em 2020, juntamente com as Maurícias, é o país da região mais bem posicionado. Moçambique, apesar de não ser o pior posicionado (lugar pertencente a Angola), apresenta uma diminuição significativa (34 lugares nos últimos 6 anos).

4.1.1 Reformas introduzidas nos últimos anos (2015-2019) com vista à melhoria do ambiente de negócios em Moçambique

Desde 2005, o Banco Mundial contabilizou mais de 3.800 reformas institucionais ou regulamentares para tornar o ambiente de negócios mais competitivo em 190 economias. A maioria dessas reformas foi implementada nos países de renda média¹⁵.

Em Moçambique, desde 2005, foram implementadas 29 reformas, das quais 12 foram implementadas no intervalo de 2015-2019. As reformas implementadas de 2015 a 2019 estão listadas a seguir:

Quadro 1. Reformas no ambiente de negócios em Moçambique

Ano	Indicador	Reforma
2015	Registo de propriedade	Simplificação dos procedimentos de registo de terra e nos municípios.
	Resolução de insolvência	Introdução de procedimento de reorganização supervisionada por um tribunal e com mecanismo para <i>prepackaged reorganizations</i> , esclarecendo as regras sobre a nomeação e qualificações dos administradores de insolvência, e fortalecendo os direitos dos credores.
2016	Pagamento	Implementação de um sistema <i>online</i> para arquivar as contribuições de segurança social (previdência social) e aumento da taxa de depreciação para máquinas fotocopiadoras, tornando-o mais fácil e menos oneroso para as empresas
2017	Abertura de empresa	Aumento das taxas de registo e notariado.
	Obtenção de crédito	Melhorou o acesso às informações de crédito promulgando uma lei que permite o estabelecimento de uma nova agência de crédito
2018	Obtenção de electricidade	Reduziu o tempo necessário para obtenção de uma conexão através de simplificação dos procedimentos que se encontram agora centrados na empresa Electricidade de Moçambique, em vez de diferentes agências.
		Redução dos custos através da remoção de depósito de segurança para clientes comerciais de grande escala.
	Comércio internacional	Facilitou a exportação melhorando a infra-estrutura no complexo portuário de Maputo-Matola.

¹⁵ <https://portugues.doingbusiness.org/pt/reforms>

Ano	Indicador	Reforma
2019	Abertura de empresa	Tornou o começo de um negócio mais caro, aumentando o custo de publicação da escritura da empresa. Ao mesmo tempo, tornou o processo menos oneroso substituindo a licença comercial por uma notificação de actividades para alguns sectores.
	Obtenção de electricidade	Melhoria do monitoramento e da regulação das quedas de energia, começando a registar dados estatísticos através de dois índices específicos, nomeadamente Duração Média da Interrupção do Sistema (SAIDI ¹⁶) e o Índice de Frequência Média da Interrupção do Sistema (SAIFI ¹⁷).
		Também acelerou a obtenção de electricidade, impondo novos prazos para os procedimentos de conexão e simplificação.
	Pagamento de impostos	Facilitou o pagamento de impostos, reduzindo o período de espera dinheiro do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) para quatro meses (de doze meses, antes).
	Comércio internacional	Facilitou o comércio além-fronteiras, tornando a exportação e importação mais fácil, através da simplificação dos requisitos documentais, e melhorando a infra-estrutura na fronteira de Ressano Garcia, Província de Maputo.
	Contratação de trabalhadores	Expansão da Segurança Social para o sector informal.

Fonte: DB (vários anos)

4.2 Acesso ao crédito no sector da agricultura

4.2.1 Contexto de crédito na agricultura em Moçambique

A taxa de juro é um instrumento de extrema importância na análise de crédito, tendo uma relação directa no investimento das empresas e na agricultura em particular. Em Moçambique, A taxa de juro tem tido uma variação muito irregular, no período em análise (2001-2019). Embora não exista um instrumento de subsídio à agricultura no país, existem fundos que concedem empréstimos bonificados (embora, o estudo sobre as taxas de juros feito não inclua), como Fundo de

¹⁶O SAIDI mede a média da duração dos cortes a cada um dos clientes servidos.

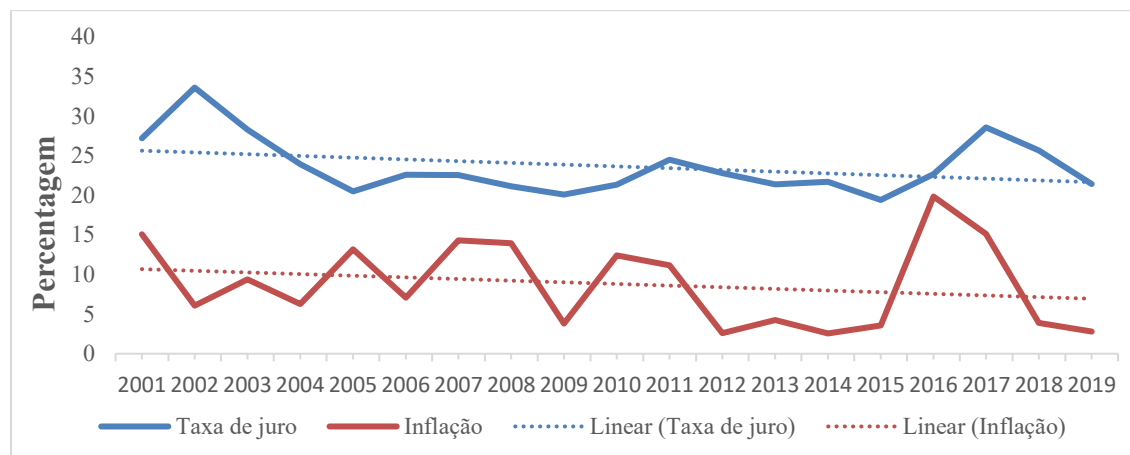
¹⁷O SAIFI mede o número médio de interrupções que um cliente sofre num ano.

Desenvolvimento Agrário, Fundo de Desenvolvimento Distrital, e outros fundos (por exemplo, no âmbito do PROIRRI) e, mais recentemente, o programa SUSTENTA implementado pelo MITADER. Existem ainda linhas de crédito especiais (Nova *et al*, 2019).

O banco central quando intervém na economia com o intuito de controlar o nível de inflação através da taxa de juros, por vezes agrava as taxas de juros dos bancos comerciais (sendo que, um dos principais constrangimentos ao crédito em Moçambique são as taxas de juros elevadas) o que torna o crédito mais caro. Por essa razão, a seguir, começa-se com uma análise gráfica da relação da taxa de juros e a taxa de inflação.

4.2.2 Análise gráfica.

Gráfico 1. Evolução da inflação e taxa de juros (2001-2019)



Fonte: BdeM

Nota: A taxa de juros refere-se à taxa de referência do Banco de Moçambique.

Pode-se afirmar que, ao longo da série, as taxas de juros e da inflação apresentam oscilações frequentes, mas com tendências decrescentes. As variáveis apresentaram uma desaceleração de 2012 a 2015. A taxa de juros teve o seu pico em 2002 seguido de comportamentos estáveis até 2015, e novo período de oscilação desde então.

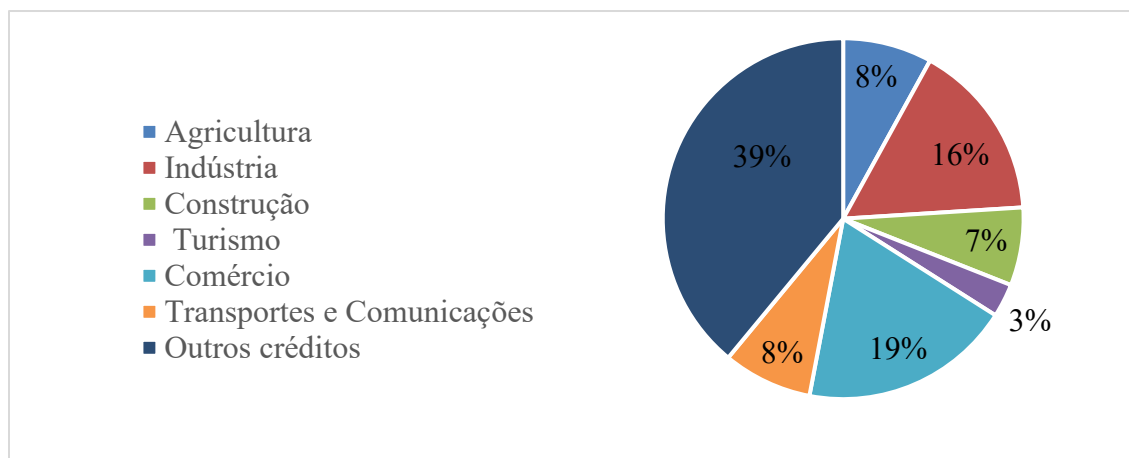
Em 2016, se observou uma aceleração da taxa de inflação. Com vista a estancar essa aceleração, o Banco de Moçambique reforçou a restritividade da política monetária, com aumentos sistemáticos das taxas de juro de referência no mercado monetário interbancário e do coeficiente

de reserva obrigatória (BdeM, 2016). Em 2017, a inflação abrandou substancialmente, tendo passado a um dígito, após ter chegado a 19,85% em 2016.

De acordo com Mosca *et al.* (2013), quando a inflação e a taxa de juros apresentam uma variação não paralelas (como é o caso do gráfico 3 na maioria dos anos), a relação teórica entre as variáveis não está verificada, isto é, pode-se supor uma gestão rígida e não dominada destes instrumentos pelo banco central resultando em um ajustamento das taxas de juros por parte dos bancos comerciais.

O crédito em Moçambique tem constituído, na opinião dos empresários, uma limitante ao investimento nacional e à inovação. Esta realidade é consequência de vários factores, sendo um deles do lado da oferta: taxas de juro elevadas em consequência da inflação, de spreads altos e dos níveis de risco.

Gráfico 2. Distribuição sectorial do crédito total (2001-2017)

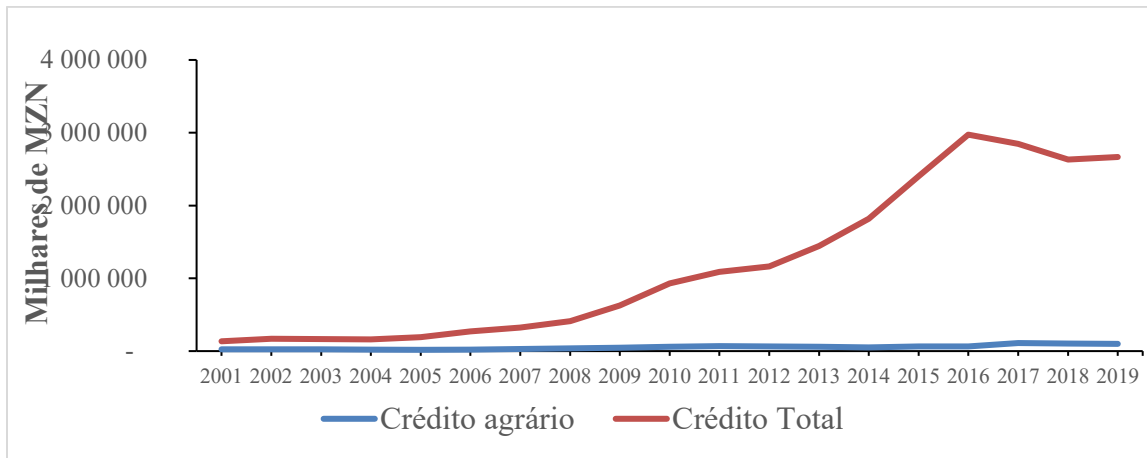


Fonte: Nova *et al.* (2019), com base em dados do Banco de Moçambique.

Neste gráfico é possível ver que uma pequena percentagem do crédito é destinada ao sector agrário (8%).

A categoria de “Outros Sectores” foi a que mais beneficiou do crédito, com 39%, seguindo-se o sector do comércio e da indústria, com respectivamente, 19% e 16%. O que mostra que, apesar da importância do sector da agricultura em termos de contribuição no PIB, o volume do crédito destinado ao sector da agricultura não tem sido proporcional ao peso e importância que este sector representa para a nossa economia.

Gráfico 3. Evolução do crédito total e do crédito agrário (2001-2019)

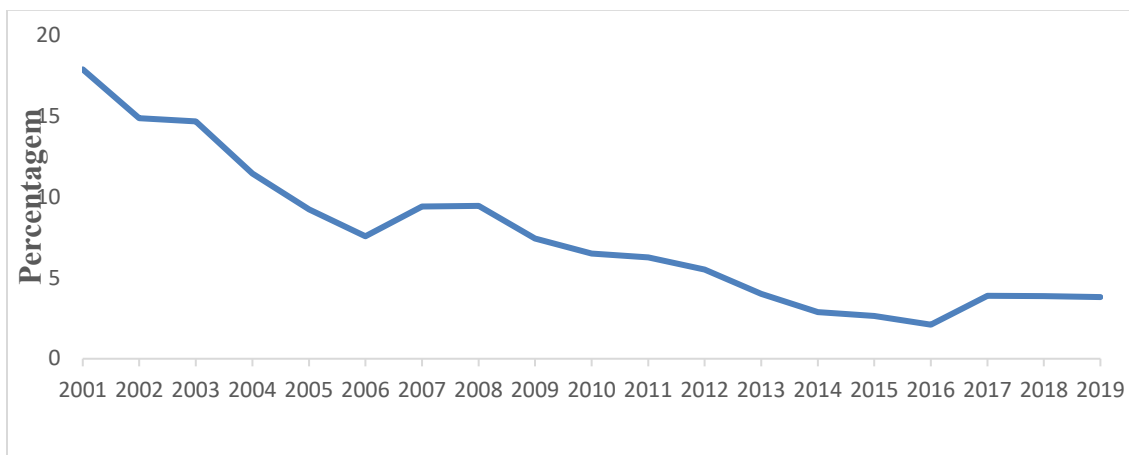


Fonte: BdeM

Ao longo da série analisada, observa-se uma tendência positiva do volume do crédito total. Este apresentou decréscimos nos anos de 2003 e 2004, seguindo-se aumentos sucessivos nos anos seguintes e outros decréscimos nos anos de 2012 e de 2018. O pico do valor do crédito total foi em 2016.

Apesar de não ser perceptível no gráfico, o crédito agrário também apresenta uma tendência positiva, ainda que menos acentuada em comparação ao total. Este apresentou decréscimos nos anos de 2004, 2005, seguindo-se aumentos sucessivos, atingindo o pico em 2011, donde voltou a decrescer até ao ano de 2015.

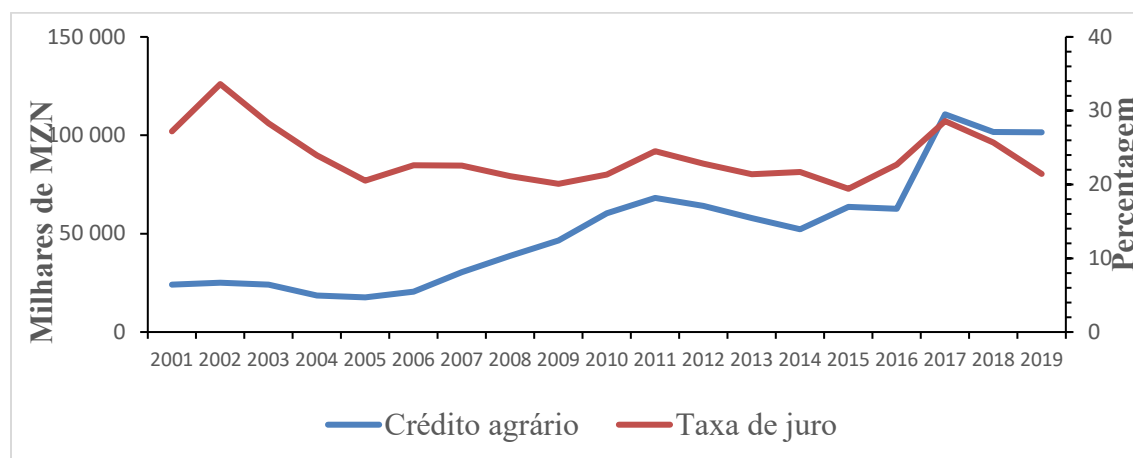
Gráfico 4. Evolução da proporção do crédito agrário sobre o crédito total (2001-2019)



Fonte: BdeM

Verifica-se que a proporção do crédito agrário no crédito total, ao longo da série, decresceu. A maior proporção registada pelo crédito agrário em relação ao crédito total, foi em 2001, onde alcançou 18%. E, em 2014, registou a mais baixa percentagem, representando apenas 3% do crédito total. Em média a agricultura representou 8% ao longo do período analisado.

Gráfico 5. Evolução do crédito agrário e da taxa de juros (2001-2019)



Fonte: BdeM

Nota: Devido aos valores percentuais da taxa de juros optou-se por colocar uma segunda escala (da direita) para uma melhor apresentação do gráfico.

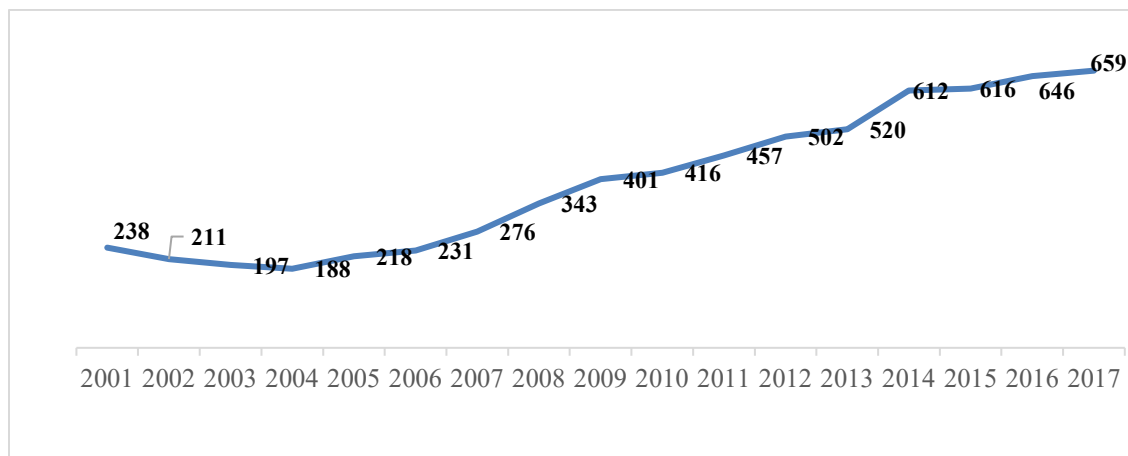
No gráfico pode-se notar que a taxa de juros, ao longo da série analisada, manteve-se alta e instável. Teoricamente, o crédito e as taxas de juros apresentam uma relação inversa, o que apenas se verificou nos anos de 2008, 2009, 2014, e 2015. Apresentando nos anos restantes uma relação positiva. Estes factos não confirmam a teoria.

4.3 Sistema financeiro

Em 2017, o sistema financeiro moçambicano passou a contar com 36 instituições que prestam serviços bancários (das quais 19 bancos, 9 micro-bancos e 8 cooperativas de crédito), 509 instituições que prestam serviços de micro-finanças (das quais 12 são organizações de poupança e empréstimo e 497 operadores de microcrédito) e 32 instituições que prestam serviços não-

bancários (das quais três Instituições de Moeda Electrónica, 19 Instituições Seguradoras e 10 Operadores de Bolsa) BdeM (2017).

Gráfico 6. Evolução das agências bancárias de (2001-2017)

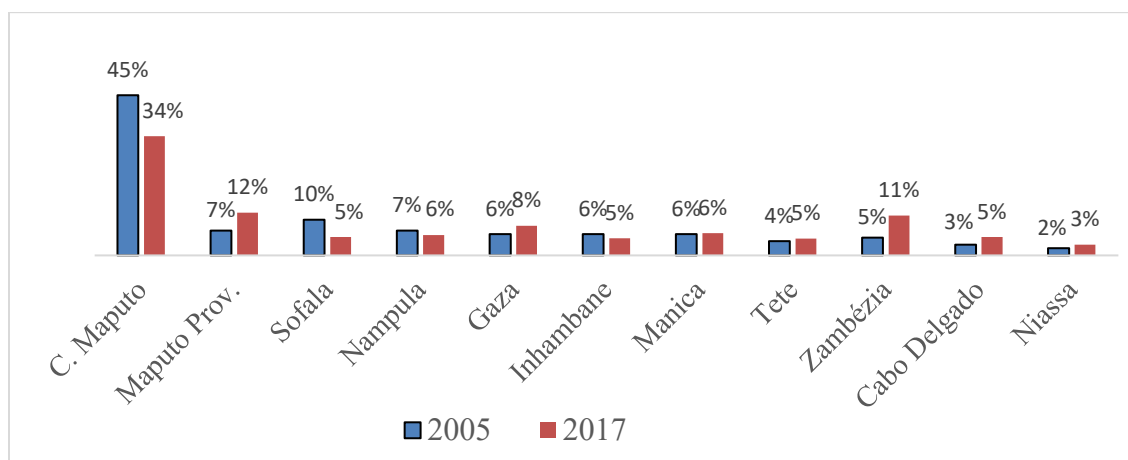


Fonte: BdeM

Nota: O último ano com dados disponíveis nos relatórios anuais do Banco de Moçambique é 2017.

Nota-se um aumento do número das agências bancárias. Em 2017, existem mais 421 agências em relação a 2001.

Gráfico 7. Proporção das agências bancárias por província



Fonte: BdeM

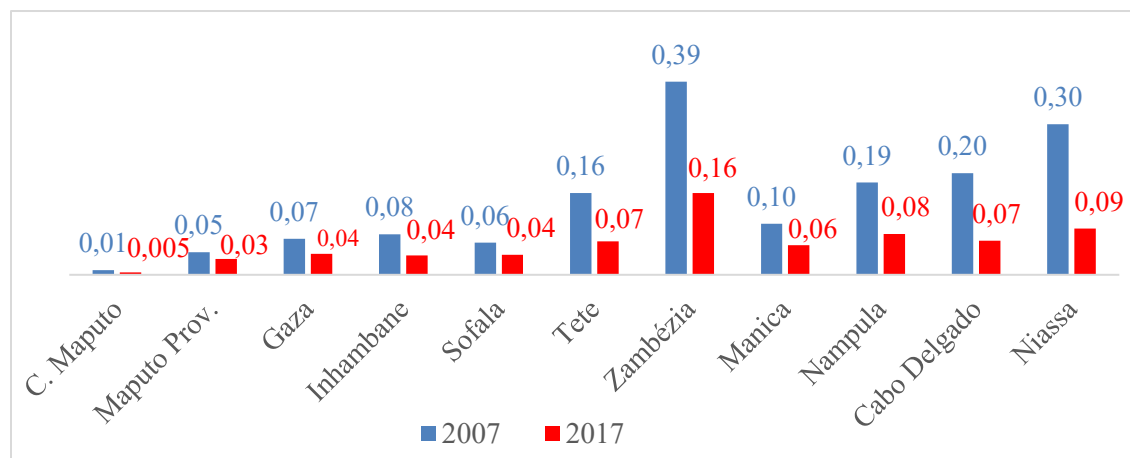
A cobertura desses serviços ainda é limitada. Em 2005, 45% das agências bancárias (poucos menos de metade) localizavam-se na cidade de Maputo, enquanto os agricultores não se encontram em Maputo e essa situação restringe a capacidade do sector de mobilizar recursos e, assim, limita o

seu desenvolvimento e o surgimento de novas instituições. E as restantes agências provinciais apresentavam uma percentagem relativamente baixa do total das agências bancárias existentes no mesmo ano.

Houve um pequeno decréscimo percentual da cidade de Maputo de 2005 a 2017, porém a cidade de Maputo continua com a percentagem mais alta. Este cenário deve-se ao facto de a cidade de Maputo possuir melhores condições de investimento (infra-estruturas, rede de telecomunicações, mão-de-obra qualificada, etc.) e também ao facto de as instituições bancárias estarem viradas para o seguimento da população de renda média e alta e essa encontra-se localizada na cidade e província de Maputo.

Em termos regionais, nota-se que, em 2017, o Sul retinha 59% das agências bancárias, Centro 27% e Norte 14%.

Gráfico 8. População por agências bancárias (em Milhões)

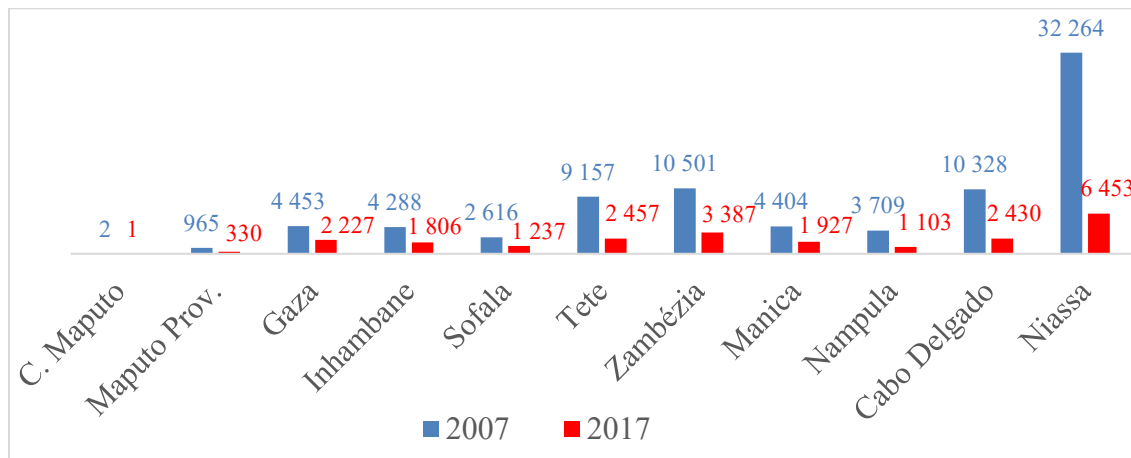


Fonte: INE para população e BdeM para agências bancárias.

Verifica-se que o número de pessoas por agência bancária diminuiu em todas as províncias de 2007 a 2017. O gráfico revela uma tendência decrescente significativa, apesar dos valores manterem-se altos.

Constata-se que as províncias da região Norte possuem maior número de população por agência bancária, e nas regiões Centro e Sul é menor, destacando-se a Cidade de Maputo.

Gráfico 9. Área (km^2) por agência bancária



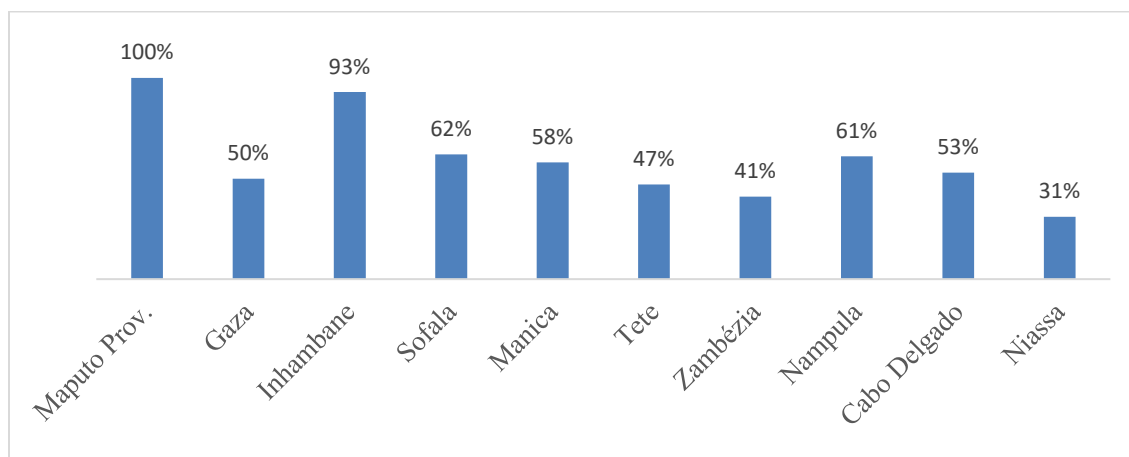
Fonte: INE para km^2 e BdeM para agências bancárias

Pode-se observar que para o indicador km^2 por agência bancária, as províncias de Tete, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa apresentaram uma redução significativa, apesar dos valores permanecerem muito altos.

Em 2007, Niassa apresentava o menor número de agências bancárias por km^2 (uma agência por 32.264 km^2) e, apesar de esse valor ter reduzido consideravelmente, em 2017 continua a ser o mais alto em relação a outras províncias, alegadamente pela falta de atractividade ao investimento que a província apresenta.

A seguir a Niassa, está a Zambézia com um indicador alto de km^2 por agência bancária. O que significa que os cidadãos dessas províncias têm de percorrer longas distâncias para obterem produtos e serviços bancários.

Gráfico 10. Nível de cobertura distrital de agências bancárias por província, em 2017(%)



Fonte: BdeM

À exceção da Província de Maputo, que possui cobertura total com, pelo menos, uma agência em cada distrito, as províncias que observaram níveis de cobertura mais elevados são as províncias de Inhambane, Sofala, Nampula e Manica com níveis de cobertura de 100%, 93%, 62%, 61% e 58%, respectivamente. As províncias com os menores níveis de cobertura distrital de agências bancárias são as de Gaza, Zambézia e Niassa com níveis de cobertura de 50%, 41% e 31%, respectivamente.

Em 2017, de acordo com o BdeM, de um total de 154 Distritos, o país passou a contar com 86 distritos cobertos com agências de bancos e 10 distritos com cobertura de Micro-bancos e Cooperativas de Crédito.

A existência de alguns territórios em Moçambique não cobertos por agências bancárias, tem um efeito negativo na demanda por produtos e serviços financeiros, uma vez que inibe a população de canalizar as suas poupanças a um banco, assim como adquirir empréstimos para financiamento de negócios, por ser longa a distância a percorrer para chegar a uma zona que tenha uma agência bancária.

V. DISCUSSÃO

Este capítulo, é dedicado a discussão dos resultados durante a realização da pesquisa, e a associação destes resultados com os objectivos do trabalho.

Como visto anteriormente, a produção agrícola é uma actividade que, para entrar em franco desenvolvimento em Moçambique, terá de se ligar cada vez mais ao mercado num contexto caracterizado pela existência de um ambiente de negócios adequado. O crédito é um dos principais propulsores de uma economia, incluindo para desenvolvimento da agricultura, ou seja, o desenvolvimento da agricultura não se pode fazer sem crédito, seja este obtido no sector bancário ou no sector informal. Porém, alguns agricultores não beneficiam do crédito devido a níveis de taxas de juros altas, cobertura espacial da rede bancária, garantias, entre outros. E tendo esses factores em consideração, abordar-se-á nesta discussão, como esses desafios e constrangimentos afectam o acesso ao crédito no sector agrário em Moçambique, e conseqüentemente o ambiente de negócios. Para tal, far-se-á essa discussão, através dos seguintes pontos:

- Formas de medição do ambiente de negócios;
- Taxa de juros;
- Crédito total e agrário, e
- Cobertura espacial da rede bancária.

O DB, ILE, IPC, e ICG, são todos indicadores que, podem ser usados de alguma forma para medir o ambiente de negócios, apesar de terem cada um deles seus próprios critérios de avaliação. Países que se encontram bem posicionados nestes indicadores, consideram-se ter ambientes de negócio favoráveis para o desenvolvimento de negócios e conseqüentemente abertura de novas empresas, o que implica geração de emprego. Contudo, a tabela 1 e 2, mostram que a posição de Moçambique nestes indicadores tem piorado, sendo que, em todos esses indicadores, o melhor desempenho foi em 2015. Assim como, a tabela 3 mostra que, dentre os cinco países pertencentes a SADC usados para comparação, Moçambique apenas está melhor posicionado em relação a Angola e Tanzânia.

No que diz respeito, ao indicador acesso ao crédito, a realidade do país, não é diferente do que foi visto anteriormente, a posição de Moçambique (165^a), apresentada na tabela 4, mostra que esse indicador continua a ser um entrave ao desenvolvimento de negócios. Em comparação com alguns

países da SADC, como vem na tabela 5, Moçambique só se encontra melhor posicionado em relação a Angola.

Relativamente as taxas de juros, no capítulo da revisão da literatura, está foi apontada com uma das variáveis eu afecta negativamente o acesso ao crédito no sector agrário. De acordo com o gráfico 1, as taxas de juros apresentem oscilações frequentes, com tendências decrescentes, no entanto, continuam altas.

No que diz respeito ao crédito, apesar da sua importância, o sector agrário, beneficia de uma das menores percentagens (8%), como pode ser visto no gráfico 2. Para além, de ter se verificado, a partir do gráfico 4 um decréscimo da proporção do crédito agrário no crédito total.

Quanto a cobertura espacial das agências bancárias, o gráfico 7, mostrou que a cobertura desses serviços ainda é limitada, em 2017, o Sul retinha 59% das agências bancárias. Ademais, em 2017, de um total de 154 distritos, o país passou a contar com 86 distritos cobertos com agências de bancos e 10 distritos com cobertura de Micro-bancos e Cooperativas de Crédito. O que significa, que ainda existiam 68 distritos sem cobertura de agências bancárias, o que torna praticamente impossível para os cidadãos desses distritos o acesso ao crédito, uma vez que, poucos possuem recursos suficientes para deslocarem-se até um distrito mais próximo, que disponha desse serviço.

VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Conclusões

De acordo com a análise feita é possível concluir que:

Em geral, a posição de Moçambique em todos os índices que medem o ambiente de negócios apresentados (DB, ILE, IPC, ICG) tem piorado. O seu melhor desempenho, nesses índices, foi no primeiro ano da série (2015).

Moçambique, ainda continua a ser um dos países mais difíceis para se fazer negócios devido às reformas lentas, menos significativas e falta de implementação de reformas aprovadas. Um investidor que consulta esses documentos dificilmente pode decidir investir no país.

A nível da SADC, comparando com Maurícias e África de Sul e Ruanda, o país em pior posição. Contudo, comparando com Tanzânia e Angola o país possui um ambiente de negócios mais atraente.

O Indicador obtenção de crédito vem sofrendo uma redução contínua. O que mostra que este indicador continua a ser um sério obstáculo ao desenvolvimento do sector privado e o país em geral. As dificuldades do acesso ao crédito e a outras fontes de financiamento, constitui um dos factores que mais influencia negativamente o ambiente de negócios em Moçambique.

As taxas de juros mantêm-se muito elevadas, com importante divergência em relação a inflação. O volume de crédito não apresenta uma relação inversa com a taxa de juros ao longo do período analisado. O volume do crédito total e agrário, apresentam tendências crescentes, embora o último apresente um crescimento inferior que o volume global de crédito. A proporção do crédito agrário no crédito total, ao longo da série, decresceu. Em média, o crédito para a agricultura representou 8% do crédito total ao longo do período analisado. O que mostra que, apesar da importância do sector da agricultura em termos de contribuição no PIB, o volume do crédito destinado ao sector da agricultura não tem sido proporcional ao peso e importância que este sector representa para a nossa economia.

Embora se tenha verificado um crescimento contínuo do número de agências da banca comercial, a maioria está localizada na cidade e província de Maputo. As províncias da região Norte possuem

maior número de população por agência bancária, e nas regiões Centro e Sul é menor, destacando-se a cidade de Maputo. Em 2017, na cidade de Maputo a densidade era de uma agência bancária por cada quilómetro quadrado. No mesmo ano, ainda existiam em Moçambique, distritos sem agências bancárias. Deste modo, a população tem de percorrer longas distâncias para poder ter acesso aos serviços financeiros e depositar a sua poupança. Esta fraca bancarização constitui um entrave ao desenvolvimento de seus negócios.

Quanto à resposta das hipóteses da investigação:

H (0): O acesso ao crédito é um constrangimento ao desenvolvimento da agricultura empresarial em Moçambique.

H (1): O acesso ao crédito não constitui um constrangimento ao desenvolvimento da agricultura empresarial em Moçambique.

Confirma-se a H (0), ou seja, o acesso ao crédito é um dos principais constrangimentos para o desenvolvimento da agricultura empresarial em Moçambique.

6.2 Recomendações

Como resultado da análise feita no trabalho, é possível apontar as seguintes recomendações:

- Tornar as reformas relevantes para o ambiente de negócios mais rápidas e significativas e rever aspectos de reformas que ainda constituem dificuldade para a actividade económica.
- A economia necessita de um sistema bancário mais eficiente para a redução das taxas de juros, em particular na relação destas com a taxa de inflação.
- O Estado deve tomar medidas que reduzam as desvantagens competitivas do sector agrário no mercado financeiro, que incentivem o mesmo ao financiamento ao sector.
- Examinar experiências positivas de outros países para entender as limitações de Moçambique.

Sugere-se a expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais, bem como iniciativas que promovam a educação nas comunidades de forma a impulsionar a sua aderência aos serviços financeiros.

VII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO DE MOÇAMBIQUE (vários anos). *Relatório Anual do Banco de Moçambique*. Maputo.
- BANCO DE MOÇAMBIQUE (2016). *Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2016-2020*. Maputo.
- BANCO MUNDIAL (2017). *Actualidade Económica de Moçambique: Tirando Proveito das transformações Demográficas*. Washington, DC. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/498521516711848856/pdf/Mozambique-economic-update-making-the-most-of-demographic-change.pdf>. Consultado em 23.04.2020.
- BESLEY, T. (1995). Savings, Credit and Insurance., in J. Behrman and T.N. Srinivasan (editors). *Handbook of Development Economics*, vol. III A, Amsterdam, Elsevier.
- BRUNA, Natacha (2013). Ambiente de negócios e a competitividade da economia Moçambicana”. In: Mosca, João, Abbas, Máriam e Bruna, Natacha (Eds.) *Economia de Moçambique 2001-2010: Um mix de populismo económico e mercado selvagem*. Maputo. Escolar Editora.
- CHALUFO, José (2010). *Análise dos Factores que Condicionam o Ambiente de Negócios em Moçambique e o Papel do Governo na Promoção da Competitividade do País: O Caso do Sector de Comercialização de Combustível*. Disponível em <http://monografias.uem.mz/bitstream/123456789/417/1/2011%20%20Chalufos%20Jonas%20Elias.pdf>. consultado em 10.09.2019.
- CHIAVENATO, Idalberto (2007). *Administração: Teoria, processo e prática*. 4ª Edição. Elsevier Editora. Rio de Janeiro.
- CTA (2008). *Competitividade da Agricultura em Moçambique*. Maputo.
- CTA, MozTrabalha, ILO (2019). *Report O ambiente favorável para empresas sustentáveis em Moçambique*. Maputo. Disponível em: <https://cta.org.mz/wp-content/uploads/2019/07/Report-O-ambiente-favoravel-para-empresas-sustentaveis-em-Mozambique-1.pdf>. Consultado em 06.05.2020.
- DONOR COMMITTEE FOR ENTERPRISE DEVELOPMENT (2008). *Supporting business environment reforms: Practical guidance for development agencies*.

- FRANCO. A. S (2011). *Desafios da Economia Moçambicana*. Maputo. Disponível em: <http://speed-test.co.s79942.gridserver.com/wp-content/uploads/2012/09/speed-notes-2011-012desafioseconomiamocambicana.pdf>, consultado em 17.12.2019.
- FUMO. D. S (2015). *Acesso aos Serviços Financeiros para as Famílias Rurais em Moçambique: Estudo de Caso de Poupança e Crédito Rotativo nas Províncias de Nampula e Sofala*. Maputo. Disponível em : <http://www.repositorio.uem.mz/handle/123456789/219>. Consultado em 10.04.2020.
- HOFF, K.; BRAVERMAN, A. e STIGLITZ, J (1993). *The economics of rural organization: Theory, practice and policy*. Oxford, University Press, Oxford.
- IBRAIMO, Ibraimo (2012). *Agricultura para o Desenvolvimento em Moçambique*. Conferência sobre agricultura organizado pelo MPD, Maputo. Apresentação em power point.
- Instituto Nacional de estatística (2007). *Censo Populacional 2017*. Maputo
- Instituto Nacional de Estatística (2017). *Censo populacional 2007*. Maputo.
- KPMG (2010). *Índice do Ambiente de Negócios*. Maputo.
- KPMG (2012). *Índice do Ambiente de Negócios*. Maputo.
- LOPES, Mota (2016). *Cadeia de Valores e Ambiente de Negócios na Agricultura em Moçambique*. Observador Rural N°40. Documento de Trabalho do Observador Rural (OMR). Maputo.
- MALENE. J. P. T (2014). *A expansão da banca para as zonas rurais e seu impacto na economia Moçambicana*. Disponível em : https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8993/1/Tese%20de%20mestrado%20_St%C3%A9lio%20Malene%202.pdf. Consultado em 14.04.2020.
- MOSCA, João; BRUNA, Natacha; PERREIRA, Kátia; Dadá, Yasser (2013). *Crédito Agrário*. Observador Rural N°11. Documento de Trabalho do Observador Rural (OMR). Maputo.
- NOVA, Yara; DADÁ, Yasser; MUSSÁ, Cerina (2019). *Agricultura em Números Análise do Orçamento do Estado, Investimento, Crédito e Balança Comercial*. Observador Rural N°74. Documento de Trabalho do Observador Rural (OMR). Maio de 2019. Maputo.
- OLIVEIRA, A e MOUTINHO, N (2011). *Easy of Doing Business: “A importância dos factores socioeconómicos”*. Instituto técnico de Bragança. Disponível em:

https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/4819/1/Oliveira_Moutinho_2011.pdf.

Consultado em 20.12.2020.

- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2006). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009*. Maputo.
- REPUBLICA DE MOÇAMBIQUE (2015). *Programa Quinquenal do Governo 2015-2019*. Maputo
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2019). *Plano de Acção para a Melhoria do Ambiente de Negócios em Moçambique 2019-2021*. Maputo
- HERITAGE FOUNDATION E THE WALL STREET JOURNAL (2011). *Index of Economic Freedom*. Washington, DC.
- TONELA, M. E (2016). *PME. Pequenas e Médias Empresas em Moçambique. Situação e Desafios*. Maputo. Disponível em <https://www.giz.de/de/downloads/giz2016-pt-PME-in-mocambique-situacao-e-desafios.pdf>. Consultado em 16.11.2019.
- TRANSPARENCY INTERNATIONAL (vários anos). *Corruption Perception Index*. Berlin, Germany.
- UAIENE, R (2011). “Determinantes para a Adopção de Tecnologias Agrícolas Uaiene R, 2011. Determinantes para a Adopção de Tecnologias Agrícolas em Moçambique. International Food Policy Research Institute (IFPRI), Maputo.
- WARREN F. L.; BOEHLJE M. D.; NELSON A. G.; MURRAY W. G (1980). *Agricultural finance*. 5th ed, Ames. The Iowa University Press.
- WIPPLINGER, Gunter. PHONGASTHORN, Vissot. e WATANAKEEREE, Gotchacorn (2006). *Quality Infrastructure- A Vital Aspect of Business Environment for Enterprise Development*. Bangkok, Thailand.
- WORLD BANK e IFC (vários anos). *Doing Business*. Washington, DC.
- WORLD BANK e IFC (2019). *Doing Business Moçambique*. Washington, DC.
- World Economic Forum (vários anos). *The Global Competitiveness Report*. Geneva, Suíça.
- <https://cta.org.mz/arnaldo-ribeiro-aponta-os-problemas-e-desafios-do-sector-da-agricultura-em-mocambique-o-governo-deve-dar-mais-protagonismo-ao-sector-privado-do-agronegocios/>. Consultado em 26.09.2019.

- <https://www.oeconomista.com.br/o-que-e-credito-e-como-usa-lo/>. Consultado em 12.01.2020.
- <https://conceitos.com/credito/>. Consultado em 08.01.2020.
- https://www.bussoladoinvestidor.com.br/abc_do_investidor/credito-agricola/. Consultado em 12.01.2020.
- <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/dealing-with-construction-permits>. Consultado em 19.12.2019.
- <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/getting-electricity>. Consultado em 19.12.2019.
- <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/protecting-minority-investors>. Consultado em 19.12.2019.
- <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/paying-taxes> . Consultado em 19.12.2019.
- <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/trading-across-borders>. Consultado em 19.12.2019.
- <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/enforcing-contracts>. Consultado em 19.12.2019.
- <https://portugues.doingbusiness.org/pt/data/exploretopics/resolving-insolvency>. Consultado em 19.12.2019.
- <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-corrup%C3%A7%C3%A3o-atingiu-quase-todos-os-setores-de-atividade/a-39089933>. Consultado em 24.12.2019
- <https://www.doingbusiness.org/en/reforms/overview/economy/mozambique>. Consultado em 20.01.2020.